Revista Eletrônica de Ciência Política
V. 12, n. 2 (2021)
DOI: http://dx.doi.org/10.5380/recp.v12i2.82121
https://revistas.ufpr.br/politica/
ISSN: 2236-451X

A INCERTEZA DE UM FUTURO DEMOCRÁTICO LIBERAL: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Júlia Silva Lobo Campos[1]

Resumo
O trabalho exposto busca propor reflexões a respeito dos processos de crise democrática contemporâneos e seus elementos constitutivos, de modo a tentar compreender suas motivações e implicações possíveis para as realidades sociais hoje. A partir da observação do contexto atual político, cuja realidade apresenta a manifestação de figuras antissistemas e seus respectivos discursos, um crescente desinteresse político por parte dos cidadãos junto a um consequente distanciamento entre os processos políticos e os sujeitos e um ambiente de não conexão entre teoria e prática, advindo do esvaziamento de significado dos conceitos de democracia e liberalismo, pensar a forma com que são estabelecidas as relações hoje entre as instituições e os atores sociais torna possível um estudo aprofundado sobre as possibilidades reais de colapso do sistema democrático liberal. Levando em consideração questões relativas à tradições e culturas políticas, formação de opinião pública e práticas de instrução e educação política, são encontradas diferentes abordagens e estratégias políticas que tanto contribuem, quanto colocam em risco a efetividade da democracia e dos direitos, pautadas sob esferas sociais valorativas fundamentais à permanência e desenvolvimento dos princípios democráticos em meio às sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Democracia; Liberalismo; Esfera pública.; Cultura política; Participação.

Abstract
The exposed work seeks to propose reflections on contemporary democratic crisis processes and their constitutive elements, in order to try to understand their possible motivations and implications for social realities today. From the observation of the current political context, whose reality presents the manifestation of anti-system figures and their respective speeches, a growing political disinterest on the part of the citizens, with a consequent distance between the political processes and the subjects and an environment of non-connection between theory and practice, arising from the emptying of the meaning of the concepts of democracy and liberalism, thinking about the way in which relations between institutions and social actors are established today makes possible an in-depth study of the real possibilities of collapse of the liberal democratic system. Considering issues related to political traditions and cultures, the formation of public opinion and practices of instruction and political education, different political approaches and strategies are found that both contribute to and jeopardize the effectiveness of democracy and rights, guided by social spheres fundamental values for the permanence and development of democratic principles in the midst of contemporary societies.
Keywords: Democracy; Liberalism; Public sphere; Political culture; Participation.

Resumen
El trabajo expuesto busca proponer reflexiones sobre los procesos de crisis democrática contemporánea y sus elementos constitutivos, con el fin de intentar comprender sus motivaciones y posibles implicaciones para las realidades sociales de hoy. A partir de la observación del contexto político actual, cuya realidad presenta la manifestación de figuras antisistema y sus respectivos discursos, un creciente desinterés político por parte de la ciudadanía junto con una consecuente distancia entre los procesos políticos y los sujetos y un ambiente de desvinculación entre teoría y práctica, que surge del vaciamiento de sentido de los conceptos

[1] Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCLAr).
E-mail: ju.lobo@yahoo.com.br

de democracia y liberalismo, pensar en la forma en que se establecen hoy las relaciones entre instituciones y actores sociales posibilita un estudio en profundidad de las posibilidades reales de colapso del sistema democrático liberal. Teniendo en cuenta temas relacionados con las tradiciones y culturas políticas, la formación de la opinión pública y las prácticas educativas y de educación política, se encuentran diferentes enfoques y estrategias políticas que contribuyen y comprometen la efectividad de la democracia y los derechos, basados en los valores fundamentales de la esfera social la permanencia y desarrollo de los principios democráticos en las sociedades contemporáneas.
Palabras clave: Democracia; Liberalismo; Esfera pública; Cultura política; Participación.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a respeito de um possível colapso do sistema democrático liberal tornou-se factual mediante os diversos acontecimentos políticos e sociais ocorridos no mundo na última década. Manifestações populares requerentes de reconhecimento, abusos e desusos por parte das instituições e seus representantes, e a popularização de personalidades antissistema – e seus discursos, também – podem ser colocados como exemplo do contexto globalmente proliferado em que vivem as democracias hoje.

A partir das mudanças constantes do capitalismo e suas distintas fases de complexificação, alcançando hoje pontos extremos em sua configuração financeira e de produção de riquezas (FRASER, 2020, p.15), contextualizar as democracias contemporâneas exige o exercício de compreender o modo com que interagem os Estados, o capital e as figuras de representação política, para que, ao fim, seja possível pensar em arranjos e ações sociais capazes de manter a relação entre teoria e prática, estabelecida essa de maneira que as manifestações sociais não se encontrem aparentemente desacopladas da estrutura política e seus conceitos fundamentais democráticos clássicos, como participação, liberdade e igualdade.

Junto a tais elementos, percebe-se um nítido esgotamento social e desinteresse político por grande parte dos cidadãos, aliado a um esvaziamento dos conceitos integrantes do sistema democrático, de modo que o valor que assumiram em sua concepção tradicional se perde em meio a um jogo de interesses e ressignificações de princípios políticos. O resultado da união de um arranjo, cada vez mais, menos democrático com a ausência de instrução política acessível e de qualidade termina em um profundo processo de crise democrática, que leva consigo a confiança nas instituições e o desafeto pelos fundamentos tanto da democracia, quanto das ideias liberais políticas.

Sendo determinada reflexão feita em nível teórico de início, problematizar o significado de conceitos como democracia, liberdade, opinião pública e cultura política – sendo tais representantes normativos de elementos sociais reais contemporâneos, capazes de elucidar tanto o âmbito institucional da política, como o espaço social de formação de identidades e construção de ideais e

demandas – e compreender a formulação de termos-chave e seu significado para autores da democracia específicos vem como possibilidade de abranger as especificidades do contexto atual e auxiliar na teorização do que significaria diagnosticar os elementos da crise global da democracia hoje.

O termo democracia liberal, como colocado por Yasha Mounk em "O povo contra a democracia" (2018), pode ser revisitado como um meio de tentar depreender o vir a ser do sistema democrático, bem como desvendar quais os fatores principais que têm influência em tal "era de incerteza radical" (MOUNK, 2018, p.42) que é vista hoje. Admitindo que ambos os conceitos são polissêmicos – tal como o tema também é trabalhado por Daniel de Mendonça (MENDONÇA, 2019, p. 191) – e, assim, podem adquirir distintos significados a depender do contexto em que forem utilizados, aqui, como em Mounk, a palavra democracia é referente a um conjunto de instituições eleitorais, de leis, capaz de traduzir a vontade do povo em políticas públicas.

> O que há em comum nas críticas (...) é a associação que ambas fazem entre as experiências populistas e o 'engano' que essas dolosamente provocam no povo. É de se perguntar, no entanto, o que 'enganar' de fato significa? E o cidadão liberal, por exemplo, está livre de idêntico engano nas democracias ocidentais? E se as instituições estiverem à serviço dos interesses daqueles que as ocupam? Tais críticas - poderíamos dizer, políticas - às experiências populistas, a despeito de serem constantemente repetidas, não necessitam de muito esforço para serem repelidas. (...) O problema realmente importante sobre as experiências populistas refere-se à polissemia interpretativa que as envolve. É nesse sentido que se faz necessário olhar para esses fenômenos de forma mais acurada sob o ponto de vista teórico (MENDONÇA, 2019, p. 191).

Liberal, então, indica o que seria comprometido com os valores básicos do estado de direito, como liberdade de expressão, proteção dos direitos individuais para todos os cidadãos e separação, bem como independência, entre os poderes políticos. A democracia liberal seria, logo, o arranjo harmônico que envolveria tanto a garantia dos direitos individuais a todos os cidadãos, quanto a experiência de cada cidadão ter, em políticas públicas, a expressão de suas vontades.

> Emprego aqui, portanto, um conjunto de definições bem mais simples - que parte de menos pressupostos sobre o mundo e captura melhor a promessa original da democracia de deixar o povo governar. A meu ver, (1) a *democracia* é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas, (2) as instituições *liberais* efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais - como a liberdade de expressão, de religião, de imprensa e de associação - para todos os seus cidadãos (incluindo as minorias étnicas e religiosas), (3) *a democracia liberal* é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático - um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas (MOUNK, 2018, p. 44).

Vê-se, assim, ao observar a realidade do tempo presente, certa dissonância entre o dever ser e o ser explicitados aqui, a medida em que o prometido pela teoria democrática liberal não aparece como concretizado na prática social. Há, pelo contrário, um movimento intenso de

distanciamento entre o sistema institucional e os indivíduos a quem este deveria atender, de modo que é criado um amplo domínio de descrédito sob a esfera pública de tomada de decisões e, como consequência, uma via direta de enraizamento de enunciados e manifestações que põem a democracia em dúvida frente a graves e temerárias opções de ação.

Adquirindo percepção sobre os fatos que contribuem para a desestabilização do funcionamento das democracias liberais, é possível investigar onde se encontram as motivações de seu enfraquecimento e qual seria seu prognóstico futuro. Partindo, assim, da constatação de uma existência atual desconexa entre as palavras e a realidade, se torna um pouco mais compreensível a noção de desgaste político que está entranhada na opinião popular, fato que, entretanto, pode não ter sido iniciado nos tempos atuais e, sim, advir de acontecimentos históricos muito anteriores a tudo que é visto hoje.

2. O PROBLEMA DO ESVAZIAMENTO DOS CONCEITOSO

Como colocado por Leonardo Avritzer em "O pêndulo da democracia no Brasil" (2018), ao analisar a situação da crise democrática brasileira, e, também, em Mounk, quando unidos os termos que formam o conceito de democracia liberal não há, simultaneamente ou de forma constante, comprovação de que estes foram o que de fato afirmavam ser. Por assim dizer, a democracia como reflexo de políticas sob a vontade popular nem sempre representou os cidadãos e seus desejos, bem como os direitos civis e as liberdades individuais mantiveram-se garantidos e respeitados pelas instituições.

> A democracia liberal agrada a gregos e troianos: para as massas, é a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, de proteger seus direitos contra uma maioria opressiva; e para as elites econômicas, de que poderão conservar sua riqueza. Essa qualidade camaleônica ajudou a dar à democracia liberal uma estabilidade inigualável (MOUNK, 2018, p. 75).

De acordo com Mounk, esse mito ideológico da democracia liberal surge de uma narrativa pouco provável de que o governo representativo ensejaria o governo do povo. Tal mito, entretanto, perde sucesso nos tempos atuais, dado o avanço da internet e da globalização, bem como o afastamento das elites políticas em relação à voz do povo. Estes, aproximam-se cada vez mais de burocracias, tratados e, deixam de lado, o valor das comunidades e dos espaços de onde advinham, não tem o senso de comunidade. Assim, o eleitor passa a não reconhecer-se em seus líderes políticos e políticas estabelecidas.

As pessoas elegem legisladores, não burocratas e, hoje, as agências burocráticas e governamentais, bem como os tribunais e bancos centrais ocupam grande espaço sob os processos

decisórios públicos. Assim, vê-se que a opinião popular, de fato, não possui mais a grande parte de influência sob as políticas públicas, constatando a forma com que opera o liberalismo antidemocrático e o poder de demais agentes em tal processo.

Tanto Mounk quanto Avritzer, apesar da distinção entre o foco geográfico de seus estudos, atingem um ponto comum mediante tal reflexão, de forma que lançam olhar para a questão da criação de apreço pela democracia, que pode ser descrito como apoio e privilegiamento a categorias democráticas capazes de criar condições de tradição política no cerne da população e de seus costumes como um todo, compartilhados de maneira hegemônica, ou pelo menos, por uma grande maioria, que façam com que a democracia como arranjo seja defendida acima de demais opções. Quando não existe tal valoração positiva de determinados princípios democráticos, muito menos um enraizamento da prática política com fins democráticos de forma espalhada entre os cidadãos, o sistema democrático tende a enfraquecer-se, e, com ele, todo o processo de inflexão necessário à manutenção de uma estrutura de direitos e liberdades para todos de maneira idêntica.

Ao ter como sinais importantes uma forte disputa entre as instituições nacionais, o aumento da intolerância em âmbito geral e, com isso, uma declarada ameaça ao sistema de garantias individuais civis, Avritzer, localizando sua reflexão no cenário nacional brasileiro, reforça a ideia de que o processo democrático no Brasil deve ser analisado como um modelo pendular e de revezamento. É possível, então, o estabelecimento de um padrão de análise que tente explicar as motivações de tal pêndulo, visto que, quando se observa um momento de regressão, ele, geralmente, está inscrito em contextos nacionais de crise econômica e divisões políticas quanto ao projeto de governo do país. As ondas democratizantes, pelo contrário, são marcadas por uma ampliação de direitos e de soberania popular, juntamente ao respeito pelas eleições livres, seus resultados, e instituições políticas.

Colocando a existência de uma fragilidade no sistema de defesa dos direitos civis no Brasil, de modo que estes estão menos ligados às instituições políticas e mais relacionados com a estrutura de comando de uma dada elite nacional, denota, ainda, uma instabilidade institucional gerada pela incapacidade de consolidação da vigência de direitos mínimos na ordem da democracia liberal. Isso leva ao desenvolvimento de um constitucionalismo liberal sem a tradição de garantias de direitos individuais. Faz-se importante, aqui, avaliar a forma com que agem e foram construídas as instituições judiciais do país, de modo que as características próprias da construção da identidade nacional, de sua estrutura a partir da história e seu funcionamento denota a qualidade dos arranjos de representação e igualdade perante a lei – princípios de uma democracia liberal.

> Ou seja, o país teve e ainda tem uma forma cordial de tratar os delitos de suas elites, e o direito penal segue essa lógica, oferecendo desde múltiplas vias recursais até o foro especial para políticos. Ainda assim, o que surpreende na crise 2013-2018 é que, uma vez relativizados os privilégios das elites, inexistem garantias individuais. Temos, portanto, um problema histórico em relação às formas de controle da violência e do exercício do direito e garantias individuais no modelo que se desenvolveu no Brasil entre 1946 e 2018. Esse modelo gerou momentos autoritários e democráticos, mas o grande fenômeno resultante é a longevidade de algumas estruturas e instituições formatadas nessa lógica, tais como Polícia Militar, Exército e Judiciário (AVRITZER, 2018, p. 279).

Continuando a análise sobre a influência das elites na garantia de direitos civis, o autor afirma que ao investigar o caminho percorrido até a formação dessas elites, é possível, também, depreender as possibilidades finais de funcionamento da lei. No caso brasileiro, tem-se que a história de extração e colonialismo que originou a elite brasileira denota um ideal de justiça que não garante de forma igualitária os direitos civis e as normas limitativas das instituições liberais. Como forma de solucionar tais problemáticas, o autor questiona a possibilidade de democratização das decisões tomadas pelas instituições judiciais no Brasil, de modo que, hoje, estas funcionam com determinada independência perante a forma de escolha de representante legalizada.

Assim, pensando na existência de um movimento pendular, o autor coloca à todas as mudanças que resultaram em um ampliamento da democracia no país, sempre esteve presente a sombra da reação das elites a tais medidas, de forma que as atitudes democráticas empenhadas sejam insuficientes para garantir a soberania do sistema. Logo, o pêndulo da democracia brasileira, configura uma forte dependência aos desejos do mercado e a força das elites nacionais.

É possível pensar, assim, na existência de um processo de criação de gosto democrático que varia de acordo com as condições que o sistema promove aos cidadãos, visto que há determinadas curvas – "ondas" (AVRITZER, 2018, p. 275) – de maior e menor apoio à democracia e à liberdade. Tais movimentos podem ser motivados – e tem a sua instabilidade explicada, também – pela não criação de uma cultura política, como mencionado anteriormente, mas, o que de fato influenciaria a geração de tais sistemas valorativos, deve ser entendido como parte integrante da crise democrática que se vive.

Há tanto fatores externos, quanto internos, que auxiliam na construção de um conjunto de valores. Não só na formação de opinião de um sujeito, mas, também, no que existe por trás da proposição de um tipo de sistema político, encontra-se uma constelação de categorias elencadas responsáveis por denotar de maneira coerente o resultado final de tal produção.

Às democracias liberais, são relacionados valores de liberdade e igualdade, de modo que as instituições democráticas liberais reflitam tais preceitos em suas ações. Dos cidadãos democráticos, então, são esperados pensamentos e vontades alinhadas àquilo que corresponde a decisões que

promovam tais valores. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que a esfera política seja tão fortemente presente na vida dos sujeitos, que estes se pautem primeiramente por ela na sua formação objetiva e subjetiva. Tendo em vista a influência que a esfera econômica possui, hoje, nas formas de vivência e expressão sociais, nota-se um processo de transição de valores entre os indivíduos, de forma que, nem sempre, suas preferências coincidem com as do sistema vigente.

De acordo com tais constatações, é possível depreender a existência, assim, de um esquema complexo subjetivo responsável por reger as vontades dos sujeitos, de forma "mais ou menos coesa" (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 14) entre si. A ideia de coesão estendida para a análise da crise das democracias é entendida como "um sistema de crenças democrático coerente, no qual as atitudes convergem para o apoio aos princípios democráticos" (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 14), onde eleições livres, independência dos poderes – em consonância ao escrito por Mounk – estado de direito, participação e tolerância política são razões fundamentais à construção de apreço pela democracia.

> De fato, se a democracia é um fenômeno complexo e multifacetado, igualmente complexa e multifacetadas são as atitudes a ela associadas. Propõe-se, a partir dessa perspectiva, analisar o apoio à democracia como um 'sistema de crenças democrático' (...) Em outras palavras, (...) compreender o efeito dos contextos nacionais sobre a capacidade de do cidadão em conferir sentido aos seus 'sistema de crenças democráticas', isto é, de sustentar atitudes coerentemente 'democráticas', convergentes aos princípios da democracia (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 10).

O esquema de coesão apresentado é pautado pela resposta por cidadãos a perguntas relativas ao nível de apoio a cada princípio exposto anteriormente. Um sistema coeso, que demonstra verdadeiro compromisso com a democracia se constitui apenas quando todas as respostas representam atitudes democráticas, "ou seja, quando ele (o sujeito) apoia as eleições, a participação, a independência dos poderes, o primado da lei e também quando é tolerante" (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 13). Existem, então, os democratas coesos – que concordam com todos os princípios democráticos –, os autoritários coesos – que discordam com todos os princípios democráticos – e, os democratas não coesos – que demonstram apoio para alguns dos princípios democráticos.

Ao pensar sobre o que de fato poderia fazer com que alguns cidadãos tenham um sistema de crenças não coeso democraticamente, os autores passam a analisar os fatores contextuais que influenciam tais preferências, como destacado anteriormente. O nível de interesse político e de anos de estudo, bem como o grau de desenvolvimento nacional –"teoria da modernização" – tem efeito notável na construção de crenças subjetivas.

Quanto maiores os índices de escolaridade, interesse político e do PIB nacional, maior é a coesão democrática. O tempo e a qualidade do sistema democrático também são fatores importantes, visto que a consolidação das regras democráticas leva tempo, e é capaz de construir uma cultura política apoiadora da democracia, que gera confiança nas instituições por parte dos cidadãos, interesse e participação, onde "(...) a qualidade da democracia é um fator fundamental na formação das atitudes, porque representa o contexto no qual os cidadãos interagem" (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 16).

3. SOBRE ESGOTAMENTO SOCIAL E DESINTERESSE POLÍTICO

Pensando, então, em como essa construção pode ser afetada pelas diversas esferas de influência existentes, os cidadãos necessitariam desejar de forma intensa e igual ser participativos e tolerantes, bem como defender os demais pontos colocados, para que não se formem fissuras em meio ao funcionamento dos regimes democráticos. No entanto, se os espaços restantes que constituem a estrutura de formação de opinião dos sujeitos – e, também, os grupos de controle delas – possuem categorias valorativas diferentes e, são capazes de influenciar a construção subjetiva, perde-se a garantia de que todos os cidadãos, apesar de se considerarem democráticos, compartilhem de valores essenciais à democracia.

A força da estrutura de mercado e o poder exercido pelas elites, salva as particularidades de ação de determinados contextos – tal como as diferenças existentes entre países de diferentes continentes, territórios e histórias nacionais –, como destacado em "Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina" (2019) e em "O povo contra a democracia" (2018), embaça a elaboração de um tipo de consciência democrática coesa a medida que individualiza as vontades dos cidadãos e desencoraja a participação em ações coletivas.

Ao ter, então, o sistema econômico como um fator externo de atuação sob a coesão de valores democráticos, é possível indagar a respeito da relação de suas crises com os momentos incertos da democracia, de modo que a boa relação entre tais esferas gera uma vivência de qualidade aos indivíduos, porém, quando tal relacionamento se apresenta desestabilizado através do desacordo de ideias e fins possíveis para suas ações, os cidadãos, também, se sentem desfavorecidos e manifestam de maneira nítida a atitude passiva e apática que, de fato, nutrem a respeito da esfera política e de seus representantes.

Esse pensamento confirma a ideia da necessidade de uma cultura política, pois esta garantiria o apoio popular à democracia frente à diversos tipos de crises em determinadas esferas,

de modo que, se os valores democráticos se organizassem de forma coesa na estrutura de valoração dos sujeitos, seria possível barrar de forma coletiva – e política – os riscos que as esferas de interesse distintas dos princípios democráticos possam vir a causar.

Pensar no que pode significar o conceito de cultura política e nas formas possíveis de sua construção faz referência a compreender a forma com que elementos principais das sociedades estruturam a convivência e a tomada de decisões coletivas e individuais dos sujeitos. Levando em consideração características como as tradições, as histórias nacionais dos países, as ideias compartilhadas entre os grupos sociais e as opiniões e conclusões publicamente construídas, compreende-se quais possíveis estruturas de valor estão sendo formadas em determinada sociedade e como isso pode influenciar nos objetivos sociais e escolhas. Desse modo, é importante enfatizar que diferentes sociedades possuem distintos espectros de cultura política, porém, como conceito, a mesma não deixa de relacionar-se com as transformações sociais e políticas sofridas ao longo da história nacional e global das organizações sociais.

No entanto, levando em consideração que a realização da mesma não somente pode ser eficaz em defender a democracia de riscos antidemocráticos e institucionais (BAQUERO, 2008, p. 381) e, não havendo essa proteção mediante o enraizamento na sociedade de valores democráticos e de liberdade de maneira coesa, as democracias liberais encontram-se sob o comando imprevisível e inconstante das interações entre distintas defesas valorativas e, consequentemente, os sujeitos são conduzidos para a mesma incerteza, fazendo uso de uma vivência sob conceitos que não lhe remetem a nenhum tipo de experiência real e completa. Esta, sempre foi limitada e os sinais de sua limitação encontram-se na disseminação de um sentimento apolítico e isento o, que constitui, hoje, uma das maiores ameaças à democracia.

O desinteresse político exposto por parte dos cidadãos que vivem em democracias, assim, é símbolo de um processo antigo de instabilidade que marca o próprio histórico de construção democrática liberal. De acordo com os distintos contextos históricos e sociais, o distanciamento entre os indivíduos e a política se apresenta variado em relação à duração de momentos de "regressão democrática" (AVRITZER, 2018, p. 276) e aos riscos que cada período oferece para a constância das democracias.

O cenário que é apresentado hoje, a respeito de tal relação, pode ser interpretado como um período extremamente arriscado, devido aos fatores em ação sob a crise democrática. O estranhamento presente entre as esferas social e política, e de formação de interesse e opinião popular encontrou-se com uma onda renovada de manifestações por reconhecimento e demandas pela construção de identidades de forma ampla e plural, gerando, então, uma específica abertura

de janelas de oportunidade para o advento de discursos e lideranças antissistema, que, ao utilizar a insatisfação e o desgaste político presenciados no âmbito contemporâneo, aproximam os cidadãos de uma aparente solução para todos os conflitos de forma simples e descomplicada, promovendo uma cada vez maior descredibilização dos métodos e valores democráticos.

4. A ASCENSÃO DE LÍDERES POUCO DEMOCRÁTICOS A PARTIR DA FALTA DE RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO

O surgimento de tais figuras características do momento analisado vem acompanhado do desmantelamento do sistema vigente e de seus pilares, bem como da popularização de narrativas sensacionalistas e de forte cunho apelativo e provocativo, que beiram o limite do respeito e da difamação sob o pretexto da livre expressão da opinião própria. Em "Como as democracias morrem" (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt evidenciam de maneira particular o grave fenômeno que alimenta a construção de tais perfis políticos, de forma a sinalizar para a maneira singular em que estes erguem-se em meio a esfera pública.

De acordo com os autores, o momento presente se diferencia das crises enfrentadas no passado dado o modo como as personalidades que oferecem risco ao sistema democrático podem fazê-lo. Hoje, avalia-se como distante a possibilidade de golpes e rupturas violentas e imediatas sob os governos vigentes.

> É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva - sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar - desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p.17).

De modo semelhante à diferenciação entre "regressão democrática" e "momento antidemocrático" empenhada por Avritzer (2018), o caminho mais utilizado para concretização de um colapso democrático é legitimado pelo próprio sistema, através das eleições eleitorais e do voto popular – tal como as medidas antidemocráticas estabelecidas são validadas pela democracia em si. Os possíveis líderes autoritários disputam as eleições como consolidou o processo democrático liberal e, ao ganhar, dão início a um processo alongado de destruição dos princípios democráticos de uma maneira sutil que, muitas vezes, não é percebida como risco iminente ao sistema vigente e à garantia de liberdades.

Caracterizados como populistas – a partir de uma demarcação de fronteira de um demos, um "monopólio de representação moral" (MOUNK, 2018, p. 63) e da divisão antagônica do campo político entre o 'povo' e seu inimigo (MENDONÇA, 2019, p. 186) – e autocratas em construção, tais personalidades "mantém um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência" (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 17), fator que aumenta a dificuldade, já existente, em se construir uma tradição política democrática coesa, visto que, ao se auto denominarem democratas, contribuem para a existência de um público eleitoral que possui apreço pela democracia, porém, sem saber de fato o que ela representa e quais são seus princípios constituintes, à medida que passam a não compartilhar destes.

O termo populismo é frequentemente utilizado a partir da identificação de algumas características encontradas no contexto analisado a partir de sua comparação com demais experiências históricas (CILIA, 2017, p. 5), de modo que sua aplicação passa a se estender por diferentes situações políticas. Entretanto, o elemento do populismo que aparece em tais análises procura demonstrar a relação da figura política em questão com o povo, a partir da identificação arbitrária desse 'povo', de modo a dispor de estratégias específicas que limitam a percepção do momento histórico em que está enquadrado. No caso do estudo realizado aqui, é importante compreender como a aplicação de tal termo inserido na estrutura política democrática demanda um novo olhar para o fenômeno, devido, justamente, ao elemento de renovação que distingue as tomadas de poder que conhecemos na história à disputa eleitoral estruturada pela democracia.

Ao investigar o passado, é possível que se aprenda com os erros – e acertos – cometidos e se torne atento para os sinais e potenciais destrutivos da democracia, encontrar um padrão de ação que promova atos de resistência ao perigo antidemocrático. As constituições devem ser defendidas não apenas por partidos políticos ou organizações de cidadãos, mas, também, pelas normas democráticas de governo. Mesmo em regimes democráticos saudáveis, surgem de tempos em tempos figuras de caráter extremista. A questão, aqui, não é a inexistência de tal perfil, mas, a permissão por meio da elite política de sua participação no jogo eleitoral (seja por medo, oportunismo, ou equívocos estratégicos). Essa, sim, seria um sinal de que a democracia pode estar em risco.

Assim, após a entrada do autocrata na política, indaga-se sobre seus atos, se será possível constranger-se pelas instituições, ou, se fará uso democrático das mesmas para subverter a democracia. A instituição, por si só, não é suficiente para conter um extremista depois de eleito.

Assim, ainda é colocado por Levitsky e Ziblatt a importância de se tentar reconhecer o momento em que tais líderes populistas passam a exceder os limites democráticos em seus

discursos e atitudes, de modo a ultrajar o sistema vigente e oferecer riscos reais à sua manutenção. Para isso, foi criado um esquema de indicações categóricas que enquadram as atitudes das lideranças em símbolos de perigo à democracia e às liberdades individuais dos cidadãos.

> Como em todos os aspectos da vida, desde a família até a operação de negócios e universidades, regras não escritas têm grande importância na política." (...) A democracia, claro, não é basquete de rua. Democracias têm regras escritas (constituições) e árbitros (os tribunais). Porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo. Essas normas servem como grades flexíveis de proteção da democracia, impedindo que o dia a dia da competição política se transforme em luta livre (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 117).

Rejeição por parte dos políticos às regras democráticas do jogo, sejam em palavras ou ações, negação por parte dos políticos da legitimidade do oponente, intolerância e encorajamento à violência, e indicações de disposição para restrição de liberdades civis de oponentes, bem como da mídia, são componentes variáveis capazes de identificar perfis políticos inclinados a princípios autoritários. Dado panorama coincide com os valores fundamentais da democracia apresentados como necessários a criação de um sistema de crenças coeso, o que demonstra significativa veracidade em relação tanto aos problemas institucionais enfrentados, quanto às respectivas soluções cabíveis.

São, infelizmente, variados os exemplos reais a que se pode referir quando se trata de líderes políticos eleitos que se enquadram em perfis autocratas. Por todo o mundo, reservando, claro, aspectos contextuais específicos, o fenômeno do populismo adquiriu força nos últimos anos e vem ocupando espaços importantes em diversas esferas de influência de construção de opinião. Ao propagarem a deslegitimação da esfera política mas, ainda assim, se valerem da mesma para agir, acabam por pregar a impunidade e o alargamento das barreiras limitantes de atitudes democráticas, difamando os ideais democráticos, polarizando as narrativas e eliminando quaisquer argumentos que permaneçam entre as fronteiras estabelecidas.

Enquanto afirmam serem representantes do povo em oposição ao tipo de representação exercida pelos líderes políticos do establishment, ao mesmo tempo, recortam moralmente a noção de 'povo' (MOUNK, 2018, p. 63), com intuito de que este, se reconheça em sua própria imagem, configurando a vontade popular e buscando ocupar o lugar que o conjunto de instituições liberais desempenha.

> O apelo ao povo é tão importante para quem ele exclui quanto para quem ele inclui. Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno - unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada - contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que

> a consideração política é devida a alguns cidadãos mas não a outros (MOUNK, 2018, p. 62).

Sendo assim, a associação entre esferas de influência que tenham projetos de nação liderados por princípios valorativos que não coincidem com a constelação de fundamentos democráticos, e personalidades *anti-establishment* autocratas em formação, fragiliza o sistema democrático de tal forma, que escancara uma instabilidade gerada pela incapacidade de consolidação da vigência de direitos mínimos na ordem das democracias liberais, desenvolvendo, logo, um constitucionalismo liberal sem a tradição de garantias de direitos individuais, além de, uma população sem conhecimento sobre suas instituições e legislações básicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A determinação conceitual de símbolos por meio de palavras dotadas de significados através de contextos específicos representa um processo de luta política (MENDONÇA, 2019, p. 186) arbitrária, composto por escolhas distintivas que singularizam suas respectivas significações mediante a realidade presente. A democracia liberal como um conceito advém, então, de um processo histórico envolvente de diversos fatores externos e internos que influenciaram sua forma e conteúdo da maneira que é representada. Os cidadãos democratas liberais, também, têm seus ideais nutridos por um conjunto de crenças valorativas condizente, este, com a construção normativa que abrange tal sistema político.

Se, influenciados por tais categorias externa e internamente, os cidadãos modificam sua estrutura moral de acordo com o contexto que, também, tem poder de agência sob o conteúdo e a forma das democracias, todas as estruturas institucionais e ações sociais, através de meios diversos, podem ser comandadas de acordo com princípios específicos que possuem maior ou menor vigência em determinados períodos.

Em diversas tentativas de depreensão de análises e diagnósticos de tempos presentes, pensar a respeito do desenvolvimento e do curso tomado pelas sociedades contemporâneas envolve refletir, também, sobre a história da democracia e das manifestações populares, a partir das diferentes noções que igualdade e liberdade adquiriram ao longo dos tempos. Ao ter a possibilidade de colapso democrático como realidade do momento presente, se faz necessário compreender conceitualmente os processos históricos, de modo a não esvaziar o sentido das palavras e, assim, manter atualizado os significados normativos como meio de defesa contra ameaças antidemocráticas e iliberais.

Em toda a bibliografia visitada, aqui, percebe-se a mesma preocupação com diferentes nuances ou objetos focais. Entretanto, é manifesta, de forma geral, a identificação e apreensão com o advento das formas autoritárias e o risco que essas oferecem aos sistemas democráticos recentes e consolidados. A perda de sentido de conceitos – que, em muitos casos, não chegaram nunca a coincidir com a realidade prometida por eles mesmos – juntamente ao esgotamento social e desinteresse político existente por parte dos cidadãos, como marca da esfera de mercado assumindo papel determinante nas ações individuais, e as demandas não atendidas por reconhecimento e participação funcionando como abertura de janelas de oportunidade para ascensão de líderes autoritários em construção, resultam em uma estrutura política pouco democrática.

A interação entre esferas de interesse, regidas por determinados princípios valorativos, influencia a construção subjetiva dos sujeitos, de modo a promover avaliações distintas a respeito da democracia e seus fundamentos. O apoio à democracia como conceito, mas não a seus valores é um dos principais fatores que fragilizam o sistema democrático e a defesa de direitos civis básicos, através da não coesão de ideias e da consequente ausência de produção de uma cultura política, do enraizamento de tradições valorativas que representem a democracia liberal de maneira completa (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 15).

Tal fato, unido ao poder exercido pelas elites econômicas e a dissonância de pensamento em relação aos projetos de nação futuros entre essa e as instituições, gera determinada disputa pelo privilegiamento da opinião popular, de acordo com o próprio instrumento democrático liberal responsável por garantir a pluralidade de manifestações e ideias. Dada característica fundamental passa a cumprir papel ambíguo, visto que foi construído como um dos pilares da democracia e, hoje, é utilizado como justificativa para sua própria destruição, tanto por grupos de interesse, quanto pela presença de líderes políticos populistas e autocratas em construção.

A constatação de tais fatos destaca tanto o problema enfrentado pelos defensores da democracia e da legitimidade, quanto as possíveis soluções para este – que, ao contrário do que afirmam os perfis políticos autocráticos, não são simples, muito menos imediatas. Quando discursos e narrativas preconceituosas e antidemocráticas são justificadas como expressão livre da opinião popular, as fronteiras da democracia se esvaem e o perigo ao sistema de direitos como garantia se concretiza.

Em nome da imagem democrática, personalidades políticas antissistema aproximam-se da população empenhando seus interesses sob o reflexo da vontade geral, de modo a ludibriar medidas autoritárias através do complexo arranjo de valores democráticos. Indagar a respeito de um limite que limitasse tal tipo de manifestação seria, em si, ir contra os princípios democráticos. Porém, se

faz necessária a criação de uma espécie de barreira que não coloque as democracias em posições vulneráveis e debilitadas.

A solução não pode vir em similaridade de ação àqueles que não compartilham dos princípios democráticos, colocando em cheque a possibilidade de cooptação como meio democrático de defesa da democracia. A educação com ênfase em níveis de instrução política seria capaz de fortalecer os princípios democráticos e criar um tipo de sistema de crenças (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 12) que possibilite a defesa da democracia por grande parte dos cidadãos através do compartilhamento de categorias democráticas e liberais, que tenham como prioridade a garantia de direitos para todos os sujeitos de forma igualitária e a promoção de justiça e manifestação por meio do voto e da confiança institucional refletida na concretização de políticas públicas.

O processo de construção democrático, ainda, se mantém em aberto e é preciso atentar-se sempre à interação coordenada entre os diversos atores da realidade contemporânea. A crise das democracias liberais é um fenômeno compartido entre as diversas nações do mundo. Tanto regimes antigos e consolidados, quanto governos produtos de redemocratizações recentes enfrentam tal problemática.

Ter a democracia como um processo de longa construção, é pensar sobre projeções futuras em vista da sua continuidade, e da afirmação de seus princípios fundamentais. É necessário que, em algum momento, o pêndulo (AVRITZER, 2018, p. 287) estanque. Mas, não há que se nutrir ilusões a respeito de qualquer passividade como aceitável em meio a tal processo. Os conceitos continuam a se ressignificar e, as lutas políticas, a fornecer seus contextos mediante a relação entre norma, atores e subjetividades.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. 2018. O pêndulo da democracia no Brasil. Uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos. CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, Ago.

BAQUERO, M. 2008. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v.14, n. 2, p. 380-413, Nov.

CILIA, G. 2017. De Chávez a Trump: dificuldades do método comparativo aplicado ao populismo. *Teoria e Pesquisa: revista de ciência política*, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 8-35, Abr.

FRASER, N. JAEGGI, R. 2020. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.* 1.ed. – São Paulo: Boitempo.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. 2019. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 28, p. 7-32, Jan./Abr.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar

MENDONÇA, D. 2019. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. *Caderno CRH,* Salvador, v. 32, n. 85, p. 185-201, Jan./Abr.

MOUNK, Y. 2018. *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.* Companhia das Letras.